

A escrita digital: espaço intervalar de subjetivação

Gesualda dos Santos Rasia*

A função do lapso é desacelerar o tempo linear, progressivo, da modernidade para revelar seu “gesto”, seu tempo, “as pausas e marcações de toda a performance”. Isto só pode ser conseguido [...] ao se represar a corrente da vida real, fazendo estancar o fluxo por meio de um refluxo de espanto.

Homi Bhabha

Resumo

O presente estudo discute questões ligadas ao gesto de escrita no ciberespaço, denotadamente, os modos como os sujeitos constituem subjetividades ao ocuparem a posição de escreventes em meios de comunicação instantânea. Para considerar as particularidades dessa escrita, os deslizamentos que ela produz em relação às modalidades convencionais, bem como as pistas que fornece acerca da constituição sócio-histórico-cultural dos seus usuários, tomamos como aporte teórico a análise do discurso com filiação em Michel Pêcheux, pondo-a em diálogo com pressupostos dos estudos culturais de Homi Bhabha e discussões filosóficas de Michel De Certeau. Para tanto, valemo-nos de noções como interdiscursividade, memória, entre-tempo e entre-lugar.

Palavras-chave: Escrita digital. Entre-lugar. Entre-tempo. Interdiscursividade. Subjetivação.

Introdução

Dados estatísticos têm apontado, inversamente ao que se publicava há até pouco tempo, um aumento significativo nos índices de usuários dos meios digitais para comunicação escrita, principalmente nos países desenvolvidos, os quais têm aumentado também em países terceiro-mundistas como o Brasil. Esse fato, cuja contraface é a exclusão digital, merece discussão em razão das diferentes questões que tal realidade suscita. Uma delas, que elegemos para estudo aqui, é a questão da escrita digital em meios de comunicação instantânea, principalmente nas

* Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS. Docente do curso de Letras da Unijuí. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso.

salas de *chats*. Interessa-nos ver as peculiaridades que essa escrita assume e os sentidos que tece para si e para seus usuários. Para tanto, valemo-nos de algumas noções teóricas da análise do discurso (AD), em diálogo com noções dos estudos culturais de Homi Bhabha e com discussões de Michel de Certeau. Traçamos um caminho que começa por algumas considerações em torno da questão dos dados, propondo um debate acerca dos possíveis significados deles, passando pelo advento da escrita, os significados culturais que ela produziu e os deslocamentos próprios da modalidade digital. Nesses deslocamentos interessa-nos de perto como os sujeitos se constituem no espaço virtual em relação com essa escrita produzida num entre-tempo e entre-espaço pleno de lacunaridades e de contradições.

A escrita digital: uma questão política

Para Pierre Lévy,¹ um dos expoentes no pensamento sobre a era digital, a exclusão digital é uma coisa superada. Segundo ele, há vinte anos menos de 1% da população mundial utilizava a internet, enquanto hoje existe quase um bilhão de internautas, chegando esse índice a 90% da população em países desenvolvidos. Os três países em que o número de conexões à internet está aumentando são China, Índia e Brasil. O obstáculo maior, ainda consoante Lévy, não é o acesso às tecnolo-

gias, mas o desenvolvimento cultural das pessoas.

Dados apresentados por executivos da própria Microsoft² dão conta do crescimento exponencial do uso de ferramentas de comunicação instantânea *on-line* por brasileiros, que estão entre os maiores usuários mundiais do MSN – programa de comunicação instantânea –, com 30,5 milhões de usuários cadastrados. Dos 263 milhões de usuários ativos no mundo (dados de julho), o Brasil representa 12% desse total. Outro dado significativo é que três em cada quatro internautas brasileiros trocaram mensagens instantâneas pelo MSN Messenger no mês de julho de 2007. Da mesma forma, o Brasil também é líder em usuários do *site* de relacionamentos Orkut, pertencente ao Google, o que já motivou, inclusive, investigação de cunho antropológico de parte da Microsoft.

Ainda conforme dados do IDG Now,³ o número de cidades brasileiras com provedor local de internet cresceu 178% entre 1999 a 2006, segundo o estudo Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2006), divulgado no mês de novembro de 2007 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O crescimento exponencial incita-nos a pensar sobre os significados de tais dados. Talvez uma forma de tematizar essa questão seja considerar os diferentes estatutos de acesso, dado haver modalidades bastante distintas nesse leque de possibilidades, as quais comportam:

- a) os sujeitos que acessam do trabalho e dali podem ou não escapar para a descoberta da virtualidade para além do ambiente profissional, porque muitas vezes encontram-se orientados por cerceamentos institucionais que delimitam o que pode ou não ser acessado;
- b) os que têm conexão discada em casa e que, por isso, ficam limitados a horários e custos, não podendo desfrutar de modo amplo e irrestrito do mundo virtual como gostariam/precisariam;
- c) os que têm conexão 24 horas em casa e/ou no trabalho e que, em decorrência, têm muito mais maleabilidade para fazer suas escolhas em termos de interesses, ambientes, podendo, inclusive, mesclar a relação trabalho/lazer de modo muitas vezes indistinto.

Essas três categorias subdividem-se em outras, dependendo das particularidades inerentes a cada uma delas, e também não excluem a possibilidade de existência de uma terceira, quarta ou mais categorias. A questão aqui colocada é o diferencial básico dos internautas, as fronteiras que desmistificam a suposta homogeneidade da designação *acesso* e que talvez auxiliem a explicitar por que, em algumas análises, a tônica seja a inclusão digital, ao passo que em outras seja a exclusão. Não tocamos, aqui, no contingente de pessoas que nunca se aproximaram de um computador, muito menos de um computador conectado à rede mundial. O corte de nosso olhar recai sobre os

que estão inseridos, de uma forma ou de outra, nesse universo e para os quais a escrita digital produz sentidos de algum modo. Lembra-se que fazer parte ou não desse universo, e com diferentes estatutos, diz respeito às políticas de distribuição da rede mundial de computadores, políticas essas que tecem domínios de pertencimento e de exclusão.

Para além das diferentes modalidades de acesso, os sujeitos distinguem-se entre si também pelos diferentes usos que fazem da internet, os quais se situam nos planos do lazer, da pesquisa, dos contatos pessoais, das relações de trabalho, entre outros. Lembra-se que essas diferentes esferas geralmente se sobrepõem em termos de temporalidade cronológica: simultaneamente ao momento de trabalho, o sujeito pode estar conectado a um ambiente de lazer, por exemplo. As possibilidades que a esfera digital oferece são quase que ilimitadas, cabendo ao usuário tecer a arquitetura de sua inserção. Nessa arquitetura duas ações humanas estão mais do que presentes: a leitura e a escrita, porém, de modos bastante peculiares, e é disso que trataremos de agora em diante, denotadamente, da escrita.

A escrita digital: uma reinvenção?

Higounet (2003) postula a escrita como sendo mais que um mero instrumento e que concorre, em nossos dias, com a escrita convencional, impressa

no papel, de parte da reprodução em disco ou fita magnética, meios alternativos de fixação da linguagem. Considera também sua natureza, enquanto “procedimento do qual atualmente nos servimos para imobilizar, para fixar a imagem articulada, por essência fugidia [...] a qual, mesmo emudecendo a palavra, não apenas a guarda, mas realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade” (p. 9). E, acrescentamos nós, mobiliza e desencadeia a possibilidade de pensamentos outros, dado estar sujeita à condição de interdiscursividade, própria de todo dizer, seja ele oral ou escrito. Para o autor, ela é bem mais que um instrumento, na medida em que, ao transcrever o pensamento, organiza-o, razão por que pode ser considerada, segundo proposição que Higounet traz de L. Febvre, “uma linguagem”.

Na perspectiva teórica por nós adotada, a da análise do discurso com filiação em Michel Pêcheux, é fundamental pensar a escrita, enquanto gesto, para além da noção de instrumento, dado que se considera, com base nos referenciais dessa teoria, que o sujeito que escreve não é dono do seu dizer, mas afetado pelas diferentes historicidades em que está imerso, pelas posições que ocupa num determinado contexto, não necessariamente cronológico, dado que num mesmo tempo-espaco diferentes sujeitos podem dizer de diferentes modos, ou dizer a mesma coisa, significando de diferentes modos.

Lembre-mos também de períodos cronológicos de cerceamento, proibição

de certos escritos, por exemplo. Numa primeira leitura, hodiernamente se poderia dizer que tudo pode ser dito/escrito. No entanto, este estudo vai mostrar que a inscrição histórica a que nos referimos diz respeito aos modos como os sujeitos dizem. E aí se delineiam lugares de interdição também, no sentido de que ainda nem tudo pode ser dito (e nunca poderá), nem se pode dizer do modo como se gostaria, e disso deriva a constituição de lugares/formas de possibilidade do dizer – a internet, um deles, talvez.

Em razão disso, mais que uma linguagem, consideraremos aqui a escrita digital como uma *discursividade*, com formas de inscrição próprias, as quais tecem lugares de pertencimento e de exclusão, ou, ainda, lugares fronteiriços em cuja borda os sujeitos se situam. Esses lugares se instauram a partir de uma outra tessitura, tramada pelos fios de uma memória que não é cognitiva nem cronológica, mas lacunar, como o é toda memória. Mas é também, e principalmente, histórica, porque se ressignifica nas diferentes apropriações e deslocamentos desenhadas nos lugares onde seus diferentes conteúdos se assentam.

A noção de memória com a qual trabalhamos é assim definida por Pêcheux:

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. [...] a memória discursiva seria aquilo

que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p. 52).

Retomando o fio do estatuto da escrita para a humanidade, retornamos a Higounet, o qual defende também que

a escrita faz de tal modo parte de nossa civilização, que poderia servir de definição dela própria. A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita. Talvez venha o dia de uma terceira era, que será o depois da escrita. Vivemos os séculos da civilização escrita. Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito. A lei escrita substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária. E, sobretudo, não existe história que não se funde sobre textos (2003, p. 10).

Propõe-se que se pense a escrita digital como um ponto limítrofe entre a era da escrita e a da pós-escrita (presupondo que ela haverá). Isso porque entendemos que pode ser concebida como estágio que eleva à potência máxima as possibilidades da escrita, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, quase a volatiliza, ao operar com um código que se distancia, em muitos aspectos, da escrita convencional, conforme discutiremos logo mais. E também porque ela figura, no nosso ponto de vista, como síntese da tradição escrita e da tradição lendária, recuperando, em domínios de memória, o caráter sacro de que a escrita já se revestiu, ressignificado, é claro.

A escrita digital – anverso do livro?

Chartier (1999) defende que o texto eletrônico não é a primeira revolução da escrita e, para sustentar essa idéia, traça um percurso histórico sobre o livro desde o advento da escrita, passando pela imprensa tipográfica e chegando à escrita digital. Segundo ele, até meados de 1450 só se reproduzia um texto copiando-o a mão, até surgirem os tipos móveis e a prensa. Apesar disso, o texto manuscrito sobreviveu por muito tempo, principalmente para reprodução de textos considerados proibidos. Também porque pairavam suspeitas sobre a impressão, que supostamente romperia a familiaridade entre autores e leitores, ou, ainda, que poderia corromper a correção dos textos. Em suma, preservou-se a prática dos manuscritos em nome de um suposto compromisso com a “verdade”.

O autor define o que está ocorrendo com a escrita como *corte*, *fratura*, porque “o objeto escapa à apreensão da história material tal como ela sabia, outrora, abordar o livro” (p. 12). Segundo ele, é até

difícil empregar ainda o termo *objeto*, que contemporaneamente é a tela sobre a qual o texto eletrônico é lido, porque este objeto não é mais manuseado diretamente pelo leitor. A distribuição na tela cria uma organização diferenciada, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antigüidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso [...]. O fluxo seqüencial do

texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro [...], a possibilidade de o leitor embaralhar, entrecruzar, reunir textos inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito, assim como nas maneiras de ler (CHARTIER, 1999, p. 12-13).

A idéia de *corte* pode ser entendida como ruptura em relação ao que a leitura e a escrita significavam e nos auxilia a pensar na escrita digital na perspectiva de uma mudança de paradigma que reporta a deslocamentos no modo como os sujeitos se relacionam com a escrita. Por ser a escrita marca da humanidade, como defende Higounet (2003), tais mudanças não são evidentes; o que transparece aos sujeitos é muito mais a novidade do contato com os suportes: a tela, o teclado, do que a escrita em si, inserida num outro plano. Essa não-evidência reporta ao que a AD explicita como não transparência dos sentidos, de parte da linguagem, e também ao sujeito como atravessado pelo inconsciente, que faz com que as coisas se lhe apresentem como evidentes quando não o são.

Chartier (1999) trabalha na perspectiva do leitor. Nossa ênfase aqui é o sujeito escrevente nos suportes digitais. É certo que é quase impossível abordar a escrita sem sua contraface, a leitura, e vice-versa. Por essa razão, discutiremos como o sujeito que escreve em programas de comunicação instantânea constitui subjetividades

por meio das estratégias de alteridade ali tecidas, às quais ele tem acesso, em parte, via leitura da escrita do outro.

No ciberespaço, as palavras e seus sentidos vão se constituindo no gesto de teclar, o qual implica duas rupturas, no nosso ponto de vista: a já referida anteriormente, que diz respeito à relação do sujeito com as estratégias de escrita, e também aquela que se constitui em relação à materialidade escrita em si. Este último aspecto concerne, entre outras coisas, à própria redefinição da noção de palavra, ponto que será focado neste estudo.

Para além do microuniverso da palavra, a escrita digital chama a pensar também em torno de sua macroorganização, dadas as possibilidades que se abrem para recortes, colagens, armazenamentos, retornos, refacções, *linkagens*. Tudo isso reporta a um outro modo de se relacionar com a escrita, muito mais visivelmente dada à interdiscursividade, noção essa definida por Pêcheux como a rede que constitui os dizeres a partir de uma sempre anterioridade, de um *já-lá* que pode se ressignificar a cada atualização. Esse já-lá se presentifica no ciberespaço quando materializado pelas diferentes linguagens que nele circulam, como a verbal, a imagética, a musical, entre outras.

O ciberespaço como lugar da escrita do corpo

Chartier (1999) defende que a escrita digital produziu um distanciamento do corpo em relação ao livro. Vale lem-

brar o quanto as enunciações sobre o livro comportam metaforizações, haja vista expressões como “orelha do livro”, “folha de rosto”, “pé da página”. Trata-se de um corpo silente, cuja voz ganha forma pelo gesto do toque do leitor, pelo passeio suave das mãos por entre sua corporeidade. A escrita e a leitura digital ressignificam esse processo metafórico, porque o distanciamento do sujeito em relação ao objeto suporte, a tela, intermediada pelo teclado, faz com que ele enuncie a si próprio e ao outro como corpo físico, como afetividade e, algumas vezes, como síntese desses dois aspectos. Considere-se, para tanto, a dimensão metafórica que assumem *nicknames* utilizados em salas de bate-papo, dentre os quais elencamos alguns mais recorrentes no sentido de comportarem a materialidade que nos interessa aqui:

Homem olhar de perto/ Moreno gostoso/
Um homem aos seus pés/ adorobelospezinhos/moreno alto/ adoro seios/ olhos sedutores (M) /Magia do olhar (M)
Grisalho/ Abdômen_tanquinho/ Morena/ Ouvinte/ Dotado/ Gordinha/ Meiga Mulher/ Carinhosa/Gostoso_cam/ Olhos verdes (M)/ M de P Cruzadas/de Sun-
guinha H/ H 18cm.

Esse conjunto de *nicknames* foi coletado em salas de bate-papo do provedor UOL, delimitadas para a faixa etária de 40-50 anos, em diferentes dias e horários. É sabido que as pessoas ali presentes não necessariamente são da faixa etária anunciada, mas trabalharemos essa inscrição como um efeito de verdade, dada a impossibilidade de verificação e também porque, ao *linka-*

rem naquele lugar, constituem identificações com ele de alguma forma. É preciso explicitar que esse recorte se justifica porque entendemos que nas faixas de adolescentes e jovens há a implicação da injúria, que os predispõe à transgressão, e aí a violação às regras da língua poderia figurar tão-somente como um gesto de afronta ao instituído.⁴ Além do mais, trata-se de uma geração em que muitos de seus representantes cresceram já sob os signos do ciberespaço, e aí os gestos de escritura em suportes digitais podem se encontrar já sob efeito de naturalização, não se caracterizando, necessariamente, como mudança de paradigma, como o é para gerações mais velhas, segundo nossa concepção.

O conjunto de nomes recortados não atende a critérios quantitativos, mas visa dar conta da tentativa de apreender alguns sentidos produzidos por entre a continuidade-descontínua dos diálogos ali entretecidos. E no espaço-tempo intervalar dos *chats*, algumas observações podem ser feitas: a incidência relativamente significativa de *nicks* com apelo sexual mais demarcado, com remissão à corporeidade, e também aqueles que reportam a sentidos afetivos.

A distância física em relação à escritura produz efeito de distanciamento do “dizer/ouvir”, ao mesmo tempo em que produz efeito de materialização do outro também leitor/escrivente. Desde a “era” do livro impresso discursiviza-se sobre o leitor virtual, aquele para o qual imaginariamente o livro se destina. A escritura digital tem essa

virtualidade corporificada “à frente” de quem escreve, designada por um nome, ainda que fictício, mas, por isso mesmo, daí *linkando* possibilidades de discursivização e modos de se relacionar com a língua, esta, desde sempre, a materialidade que medeia as relações humanas.

O entre-tempo e entre-lugar da escrita digital

Essa ressignificação produzida na relação dos sujeitos com a escrita digital sujeito tece um entre-lugar, situado na fronteira entre o ser e o não-ser. Nas palavras de Certeau, ele é “cada um e ninguém” simultaneamente. Homem ordinário que se institui como simulacro,

esta personagem geral (todo o mundo e ninguém) tem como papel dizer uma relação universal das ilusórias e loucas produções escritas com a morte, lei do outro [...]. Além de não ser mais representado aí, o homem ordinário dá como representação o próprio texto, no e pelo texto, e ele reconhece ainda por cima o caráter universal do lugar particular onde permanece o louco discurso de uma sabedoria sábia [...]. O extravio da escrita fora do seu lugar próprio é traçado por este homem ordinário, metáfora e deriva da dúvida que a habita, fantasma de sua “ vaidade”, figura enigmática da relação que ela mantém com todo o mundo, com a perda de sua isenção e com sua morte (CERTEAU, 1996, p. 60-61).

Nossa hipótese é que a escrita digital é lugar da escrita ordinária com simulacro de criação e, por isso, espa-

ço de subjetivação, ilusória, é certo, porque se dá ao sujeito sob a forma de plenitude de criação. Por ser o ciberespaço o lugar onde os sujeitos podem ser “ todos e nenhum”, produz-se ali o efeito de plena autonomia, um paraíso perdido onde a ele cabe, inclusive, nomear a si próprio e às coisas, via recriação de palavras. Opacifica-se o fato de que há a inserção dos sujeitos numa cadeia de dizeres pré-colocada e da qual ele precisa, para além de reconhecer seus códigos gráficos e também suas formas de funcionamento. Não é gratuito, por exemplo, que uma das perguntas recorrentes nas salas de *chat* seja “o que você procura?”

Seguindo a linha de Certeau, é possível pensar algumas questões que o autor postula para o leitor, deslocando-as para o escrevente do ciberespaço:

Seu lugar não é aqui ou lá, um ou outro, mas nem um nem outro, simultaneamente dentro e fora, perdendo tanto um como o outro, misturando-os, associando textos adormecidos mas que ele desperta e habita, não sendo nunca o seu proprietário. Assim, escapa também à lei de cada texto em particular, com o à do meio social (1996, p. 270).

O sujeito que escreve na rede em espaços de comunicação instantânea, tais como os *chats*, insere-se numa aventura que presume singular, mas que já está antecipadamente regrada por códigos específicos do dizer, a partir do lugar onde tais saberes se formaram. Orlandi explicita, com base em Pêcheux (1988), como se dá o modo de formação dos saberes:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras [...]. A observação do interdiscurso nos permite, por exemplo, remeter o dizer a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (1999, p. 32).

Há, por exemplo, regras preestabelecidas para a abordagem, advindas de regras sociais pragmáticas. Embora seja inusitada em termos formais a construção *vc ker tc com migo*, por exemplo, dá conta de um repetível que já faz parte desse formato de comunicação, não causando mais estranheza nesse meio. Mas o sujeito é tomado pela ilusão de autonomia plena e pensa residir ali sua possibilidade de ser, como afronta ao social preestabelecido.

A pergunta clássica, com vistas à interpelação ao diálogo, parafraseia-se em múltiplas outras formas: *podemos tc? Vamos tc? Ocupado (a)?...*, cuja modalização não é levada ao extremo, como o é muitas vezes nas relações interpessoais reais de caráter mais formal, marcadas, por exemplo, pelo futuro do pretérito. As enunciações no espaço cibernético constituem o lugar-comum que identifica a posição ocupada pelo sujeito imerso no mundo digital, à qual se segue um conjunto de outras – *de onde tc? O q vc faz? Idade? Como vc é?...*, uma espécie de formulário corriqueiramente preenchido, mas cujo conteúdo não tem tanta relevância para os interlocutores, porque a reali-

dade virtual sobrepuja-se às questões de localização geoespacial. O que há, de fato, são sujeitos desterritorializados.

Há uma busca do intangível, a tentativa de fazer-Um com a língua, tão bem descrita pela psicanálise lacaniana⁵. Escrever dá conta de uma impossibilidade, da busca de uma “palavra impossível”, nas palavras de Certeau, para quem no início da escrita existe uma perda e cujo percurso é o traçado dessa busca incessante. Para ele, a inversão que o sujeito escrevente faz em relação à figura da morte, retirando-se desse lugar ao escrever,

se esboça no próprio trabalho de escrever, cujas representações não são mais que o seu efeito e/ou os seus detritos. Eu me interrogo sobre o que fabrico, pois o “sentido” ali está, escondido no gesto, no ato de escrever. Por que escrever, senão a título de uma palavra impossível? No começo da escrita existe uma perda, O que não se pode dizer – impossível adequação entre a presença e o sinal – é o postulado do trabalho sempre recomeçando que tem como princípio um não-lugar de identidade e um sacrifício da coisa (CERTEAU, 1996, p. 298-299).

O sujeito que escreve no ciberespeço habita o entremeio que reside na fronteira entre o anonimato e o universal, e nesse lugar contraditório desenha-se a insurgência de singularidade. Daí, talvez, a explicação da assunção do lugar da infração, que se materializa, de certo modo, na permissividade da escrita, que não corresponde à normatizada e reconhecida pelos códigos oficiais.

No entanto, vale observar, no caso dos diálogos observados, correspondentes à faixa etária de 40-50 anos, que as ditas “infrações” são mais estáveis, se comparadas às produzidas por adolescentes; resumem-se a abreviações e supressões já referidas, tais como *vc*, *tc*, *td*, entre outras. Essa marca nos conduz a pensar numa resistência ao próprio lugar da resistência. Ao ocuparem o ciberespaço, os sujeitos sabem que são chamados a adentrar numa discursividade outra, com marcas próprias, que a identificam como uma linguagem própria de jovens. Assim, simultaneamente à constituição da identidade tribal – eu pertencço à esfera digital –, há o jogo de forças que se institui em relação a outra posição que diz sobre um universo de pertença anterior, ao mundo da escrita convencional, com todo o peso do seu cânone. Trata-se de um sujeito situado, enquanto posição, num *entre-lugar*, utilizando-nos aqui de designação de Certeau (1996).

O entre-lugar situa-o também na fronteira entre o anonimato e a universalidade, o que se explicita pelo fato de que as tecnologias virtuais criam uma imensa rede social (virtual), que liga os mais diversos indivíduos, das mais diferentes formas, tecendo cruzamentos inesperados. Para pensar em torno dessa questão trazemos alguns pressupostos discutidos por Bhabha (2005), deslocados da perspectiva da análise feita pelo autor em torno da inserção/resistência de grupos minoritários em culturas hegemônicas.

O autor postula o caráter de negatividade, de rasura da condição negra

em relação à branca, a qual, segundo ele, *retira as essências e determinações de seu ser*. Essa negatividade defende, disjunge o presente enunciativo da modernidade, porque “abre um entre-tempo no momento em que falamos da humanidade através de suas diferenciações” (p. 329). Critica também a noção de identidades pluralistas. Para ele, a noção de entre-tempo dá conta da “contradição da pós-modernidade”, porque reporta ao tempo em que “momentos colonial e pós-colonial emergem como signo e história”, constituindo-se contraditoriamente, a exemplo da presença de experiências intensamente terceiro-mundistas no âmago dos estados Unidos (p. 329). A questão colocada por Bhabha é que as localizações globais simultâneas costumam ser postas em cena via apagamento dos conflitos e contradições de diferentes práticas culturais. Tal se dá sempre que não se oferece resistência aos modos de interpelação produzidos pelas novas tecnologias globais de transmissão.

Queremos pôr aqui a discussão do estatuto da era digital e dos sujeitos escreventes nela inscritos a partir da instituição de uma fronteira contraditória, gerada pelos efeitos de homogeneização produzidos no ciberespaço. Em contrapartida, daremos destaque aos deslocamentos que aí se produzem em termos das relações dos sujeitos com a escrita.

Para Bhabha, a modernidade apresenta-se, pelas suas invenções, como metáfora espacial, cuja representação é sincrônica, materializada num pre-

sente enunciativo contínuo. O autor propõe uma postura de resistência a esse modo de apresentação da modernidade:

É para estabelecer um signo do presente, da modernidade, que não seja o agora da imediatidade transparente, e para fundar uma forma de individuação social em que o sentido de comunidade não seja baseado em um tornar-se transcendente, que quero indagar acerca de uma contra-modernidade: o que é modernidade nessas condições coloniais em que sua imposição é ela mesma a negação da liberdade histórica, da autonomia cívica e da escolha “ética” da remodelação? (BHABHA, 2005, p. 332)

Ainda falando da questão negra, para o autor, a emergência das diferenças na modernidade introduz “um outro *locus* de inscrição e intervenção, um outro lugar de enunciação híbrido, ‘inadequado’, através da cisão temporal – ou entre-tempo [...]” (BAHBHA, 2005, p. 334). Essa inscrição é historicamente construída, com privilégio dos que “dão testemunho”, dos que “são sujeitos” ou “historicamente deslocados”.

A partir da leitura de Bhabha é possível pensar na impossibilidade de ancoragem do sujeito de modo pleno nos signos da era digital, a partir da emergência que ele coloca da questão do pertencimento: “A que pertenço eu neste presente? Em que termos identifico-me com o ‘nós’, o domínio intersubjetivo da sociedade?” (p. 338). E segue dizendo que

o problema da articulação da diferença cultural não é o problema do pluralismo pragmatista sem amarras ou a “diversidade” dos muitos; é o problema do não-um, o sinal de subtração na origem e repetição dos signos culturais em uma duplicação que não será negada como similitude”. Porque reconhecer-se localizado no ciberespaço é esquecer, inconscientemente, de que se está, de fato, desterritorializado (p. 338).

A tentativa de enfrentamento do não-um simboliza-se numa das formas de nomeação: o homem hifenizado, ambivalente, de que fala Bhabha, que se traveste em nomeações índices, as quais se marcam, em vez do hífen, pelo *underline*, sinal que marca a intervalidade entre uma entidade que pertence à história cronológica e outra que imerge no não-tempo e não-espaço da rede mundial de computadores. Para além disso, há a palavra, que, em se recriando no espaço cibernético, via abreviações e supressões (ainda que contidas para a faixa etária em questão neste estudo), produz-se como efeito desse desejo de o sujeito fazer-Um chegar à palavra-síntese que simboliza e opacifica a posição conflitiva que ele ocupa na borda do entre-tempo e do entre-lugar.

No entremeio da escrita e da fala

Se a escrita no ciberespaço reporta a um sujeito fronteiro, situado entre o anonimato e a universalidade, conforme discutido anteriormente, o registro lingüístico que lhe é próprio também

é fronteiroço, porque fica no limiar entre o falado e o escrito. Via de regra, discursos falados em espaços formais tendem para o registro também mais formal e discursos escritos, ainda que tendo como ancoragem a fala, tendem a travesti-lo com as formas do discurso escrito. O ciberespaço é, pois, um raro espaço em que a escrita se aproxima de modo mais contundente da fala, não sendo, logicamente, uma transcrição desta, mas comporta muitas de suas marcas. Pode-se dizer, talvez, que se está diante de uma modalidade-outra, de fato intermediária e que condensa características próprias das duas.

Não dá para esquecer, porém, que a centralidade, nesses suportes, é a escrita, posta numa relação síncrona que desfaz a defasagem entre produção e recepção, segundo leitura de Marcuschi (2004). O autor defende não haver uma importação pura e simplesmente automática, sublinha ele, de propriedades da fala. Marcuschi destaca também a presença de enunciados mais curtos, com maior índice de nominalizações por frase. Segundo ele, o resultado não é

uma neutralização das diferenças [...] mas uma maior interação entre ambas, fazendo emergir novas formas de discurso. [...] o impacto das novas tecnologias nos faz presenciar uma nova situação que está desconstruindo toda a oposição entre fala e escrita (2004, p. 64).

Chama a atenção, ainda, para um fenômeno, a passagem para o que ele designa de “cultura eletrônica”, com uma nova economia da escrita.

Da mesma forma, reporta a Crystal (2001), o qual destaca a quantidade de expressões com o prefixo “e-“, que na nossa língua nem prefixo é: *e-mail* (correio eletrônico) *e-book* (livro eletrônico), *e-therapy* (terapia virtual); *e-business* (negócios virtuais), etc. (MARCUSCHI, 2004, p. 14). Para além desses termos, que constituem empréstimos lingüísticos, destacados, inclusive, pelo fato de a língua portuguesa não ter o prefixo – e, vale destacar marcas que são próprias da escrita em língua portuguesa, tais como supressões de vogais, desaparecimentos de sílabas e de morfemas, resultando muitas vezes em construções que não se identificam no nível lexical, nem, muito menos, no morfemático.

Tomem-se, a título de exemplo, palavras/vocábulos tais como os já clássicos *vc* e *tc* (você e teclar); *blza* (beleza); *trab* (trabalho); *ker* (quero); *ke* (que); *kd* (cadê) *qtos* (quantos); *td* (tudo); *tbem* (também); *tb* (também) *num* (não); *oi* (oi); *xau* (tchau); *pta* (pronta); *intção* (intenção); *h* (hora) *éh* (e). No caso do neologismo “teclar”, ainda que correspondendo a uma forma verbal, mantém a mesma configuração para diferentes pessoas, tempos e modos.

Percebem-se neles três marcas recorrentes: em primeiro lugar, mas de modo não tão incisivo, a aproximação com uma tentativa de transcrição fonética, as já aí com gestos de deslizamento. Em segundo, a forte tendência à abreviação, explicitada, em boa parte, pela tentativa de suprir a ausência da voz, como suporte, que torna a língua falada mais ágil. Em terceiro, a su-

pressão de vogais, passando a simples junção de consoantes a configurar como unidade de sentido nesse espaço. Vale ressaltar, no entanto, que a contraface da abreviação, a ampliação, também se faz presente em vocábulos como *éh*, por exemplo. Não dá para esquecer também o auxílio dos *emoticons*,⁶ sinais imagéticos que, junto com a linguagem verbal, compõem os sentidos, muitas vezes dando conta da própria impossibilidade do dizer.

As três marcas aqui trabalhadas nos movem a tecer alguns comentários. Começando pela contraface da abreviação, a ampliação, esse recurso dá conta de uma tentativa de ênfase na carga semântica dos vocábulos, de jogo das emoções, positivas ou negativas, sobre o registro escrito. A partir da aproximação de uma escrita fonética e da supressão de vogais, poder-se-ia pensar na volatização da própria noção de palavra, porque na escrita cibernética não há compromisso com o princípio morfemático para a constituição de palavras. Parece haver uma aproximação muito maior do caráter interjectivo dos vocábulos, os quais, emergentes nas situações de trocas orais ou na representação delas, costumeiramente também não têm compromisso com a noção de morfema. Considere-se, por exemplo, realizações como *Oh! Bah! Uau! Ei!*, entre outras.

A idéia de volatização é pertinente a partir dos parâmetros gramaticais que determinam o que é palavra ou vocábulo hoje, primeiro porque se deixa de considerar as regras de formação de vocábulos em língua portuguesa, as

quais prevêem, via de regra, a agregação de afixos a bases radicais. E, por extensão, porque a supressão de vogais impossibilita muitas vezes que os morfemas sejam reconhecidos. Para discutir essa última particularidade apontada, sugerimos que se remonte no tempo e se recupere uma cultura escrita em que não havia vogais: a escrita hebraica clássica. Essa prática recupera, em nosso ponto de vista, uma memória que reporta à língua hebraica clássica, na qual inexistem vogais. Segundo definição enciclopédica,⁷

o hebraico moderno é uma língua semítica pertencente à família das línguas afro-asiáticas. A Bíblia original, a Torá, que os judeus ortodoxos consideram ter sido escrita na época de Moisés, cerca de 3.300 anos atrás, foi redigida em hebraico clássico. Embora hoje em dia seja uma escrita foneticamente impronunciável, portanto indecifrável, devido à não-existência de vogais no alfabeto hebraico clássico, os judeus têm-na sempre chamado de a *Lashon haKodesh* (“A Língua Sagrada”) já que muitos acreditam ter sido escolhida para transmitir a mensagem de Deus à humanidade. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia>)>artigo da Wikipédia “Língua hebraica”.)

Ainda segundo descrição da mesma enciclopédia, o hebraico antigo é uma das escritas mais difíceis de decifrar, exatamente por não possuir vogais; o que ocorre é que muitas vezes as consoantes fazem as vezes de vogal, embora essas “vogais travestidas” não tenham sempre o mesmo valor vocálico. Isso reporta a uma não-evidência na leitura, mesmo quando as vogais

se fazem presentes, e de modo fantasmagórico, pois nunca se sabe tratar-se delas mesmas ou de um simulacro construído a partir dos rastros da ausência que ali se constituiu pela consoante ora travestida. Significa que, mesmo quando as vogais estão presentes numa palavra, sua leitura nunca é completamente evidente, a menos que o leitor já a conheça antes. E aqui chegamos ao ponto que nos interessa, pois, no caso do hebraico, como em outras línguas antigas, somente uns poucos “escolhidos” tinham acesso aos significados dos códigos escritos, geralmente reservados à esfera do sagrado. No caso dos textos sagrados hebraicos, eram escritos para serem lidos em voz alta, servindo apenas de suporte escrito a uma tradição oral e, em decorrência, à atribuição de decifrador-intérprete ao leitor. Inclusive, quando hoje especialistas tentam ler textos hebraicos antigos, fica sempre a dúvida: como ler “rlg”? “religião”? “religar”? “relógio”?, conforme Abécassis (1997).

Na perspectiva teórica que nos dá suporte para as presentes discussões, a escrita digital parece recuperar uma memória que não é cognitiva, mas que reporta a determinadas condições históricas de produção, uma memória que presentifica saberes advindos de outros lugares e atualiza-os, produzindo, a partir deles, sentidos outros. Considere-se, para tanto, o que Pêcheux postula, com base em Pierre Achard, a respeito dos movimentos da memória discursiva:

A regularização discursiva, que tende a formar a lei da série do legível, é

sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento [...] provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir respectivamente uma outra série sob a primeira [...], que não estava constituída enquanto tal (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

No nosso ponto de vista, a supressão de vogais, tão presente na escrita digital, denotadamente na escrita de jovens e de adolescentes, diz sobre um modo de resistência ao cânone instituído da escrita, possibilitando que o sujeito escrevente coloque-se sob o efeito de autoria, na medida em que se supõe criador livre e autônomo nesse espaço. Por outro lado, institui-se um código de restrição, reconhecível muitas vezes apenas pelos próprios internautas. Com isso delimita-se uma fronteira que separa os domínios de pertencimento.

Reconhecer as peculiaridades dessa nova modalidade de registro escrito equivale a identificar-se numa posição-sujeito em que se reconhece como escrevente no ciberespaço e que aí conta com um conjunto de interlocutores que têm esse mesmo viés de identificação, não obstante todo o conjunto de outras filiações culturais, econômicas, sociais e políticas. E nisso há um deslocamento dos sentidos da segmentação profano/sagrado do contexto de utilização do hebraico antigo. Essa dualidade encontra sua atualidade numa constituição tribal, cujos gestos inauguram uma codificação que restringe, que tece uma separação em relação aos demais. São sujeitos que historicamente se consti-

tuem diante das interpelações da era digital. Constitui-se, retomamos, um domínio de separação, o qual justifica, em parte, os discursos sobre o binômio inclusão/exclusão digital.

Os limites entre a criatividade, a singularidade, a autonomia e a interpelação

O sujeito que escreve no ambiente virtual, nos espaços de comunicação instantânea, encontra ali uma possibilidade de subjetivação, de inscrever-se como sujeito. Ele tem condições diferenciadas para tal: tem a alteridade – a imagem do outro e o que ele imagina que esse outro imagina dele. No entanto, tal mediação se dá somente pela via da palavra, o que lhe permite tecer outras identidades, que talvez face a face não viessem à tona. Nesse sentido, pode navegar entre pólos opostos, que vão do extremo da timidez à expansividade, por exemplo. Trata-se de *blefes* que fazem parte do jogo, e todos os que jogam sabem que a relação verdade/falsidade não é a mesma de outros espaços de interação, havendo um acordo tácito para aceitar as formas de representação ali postas via palavras como verdades consolidadas.

Esse jogo de subjetivação deixa-se marcar também no modo como se escreve, não apenas no conteúdo – daí o espaço de recriação das palavras como uma marca de subjetivação, regulada, é preciso dizer. É o espaço possível para transgredir, para não seguir regras,

para brincar com a língua, para ser poeta até.

As inserções da modalidade oral reportam a realizações de língua como corpo mais diretamente colocado, desde que minimizada a mediação com a cultura oficial, com a norma. Abre-se espaço para a contracultura, a não-normatividade, ilusão de primitivismo quando o homem era o suposto autor da língua, independentemente das determinações culturais.

A escrita no ciberespaço rompe com os lugares de legitimidade que a cultura lhe conferia até então: as gramáticas, os dicionários e, por fim, a escola, que, via de regra, reproduz os saberes sedimentados nos dois instrumentos anteriormente referidos. E assume/ganha estatuto diverso do que tem neles, onde é constantemente vigiada, direcionada, cerceada.

É preciso dizer que no jogo de subjetivação o internauta está sob o efeito de autonomia plena. Ele não tem consciência de que sua liberdade é relativa, dado que inclusive as criações e recriações de língua são regradas pelo próprio grupo de usuários, que reconhece algumas formas e rejeita outras. E esse é o jogo de interpelação tramado pela historicidade em que se insere a escrita cibernética, que se constitui num espaço com discursividade própria, atravessado por temporalidades diversas. Tendo adentrado esse espaço, os sujeitos ocupam, inevitavelmente, a posição que os situa num entre-tempo e entre-lugar que faz jogar o desejo de pertença e a resistência a pertencer. O dizer-se “quem sou eu” e “quem és tu”,

sintetizado, talvez, no *ker tc comigo?*, simboliza a pergunta que é, na verdade, de cunho histórico-existencial.

Algumas considerações finais

Quando se fala em escrita digital, a tendência é a generalização e uma onda de temores e lamúrias: os jovens e adolescentes não lêem mais, não escrevem, ou escrevem tudo errado; abreviam, suprimem letras, inventam palavras que não existem e que ninguém entende.

Esse conjunto de reclamações comporta alguns equívocos, porque não leva em conta alguns fatores, dentre os quais destacamos dois que julgamos mais controversos. Primeiro, o fato de que há vários espaços para a escrita digital, cada um com características próprias. O Word, por exemplo, é o que de mais próximo tem da escrita convencional. Já os *chats*, objeto de análise desta discussão, são mais flexíveis, mais dados à inovação, pela instantaneidade, pelos objetivos e pelo cruzamento que operam entre língua falada e língua escrita. Ao lado desses há os *e-mails*, *blogs*, *orkut*, etc., cada um com sua lógica própria.

Em segundo, a consideração de que não são apenas jovens e adolescentes que estão aderindo ao mundo digital. Muitos adultos estão fazendo-o também. E esse segmento, acreditamos, é o que se sujeita a mais mudanças, porque a geração mais recente já aprende a escrever desse modo; em muitos casos, já a geração dos trintões, quaren-

tões, cinquentões e por aí adiante, ao adentrar no ciberespaço, precisa mudar de paradigma em relação ao modo como se relacionava com a leitura e a escrita. Por isso, as inovações que partem desses têm mais possibilidade de aproximar-se de um ato de ruptura, que reporta, em última instância, a uma constituição identitária.

Para além dos dois aspectos apresentados, é preciso considerar também que nunca se leu ou escreveu tanto, dada a facilidade dos meios, a simultaneidade, a possibilidade de multiplicação do registro escrito em escala infinitesimal, com vistas à distribuição. O interesse maior deste estudo reside, especificamente, nesse registro escrito, porque entendemos que não se constitui apenas numa modalidade diferenciada, com marcas próprias, mas num modo diferenciado de os sujeitos se relacionarem com a escrita, entretecendo-se nela e nela constituindo historicidades.

O sujeito escrevente do ciberespaço vive numa sociedade em que a interdição relativiza-se cada vez mais. A maioria das pessoas acata os códigos acordados; o universo digital tende, então, a ser levado ao extremo máximo em termos de enfrentamento com uma forma de interdito que se manifesta via linguagem, ali se constituindo um lugar fronteiro, de borda, de suposta singularização. É lugar de emergência de interstícios, valendo-nos aqui de proposição de Bhabha (2005), manifesta pelas múltiplas identidades que se colocam na cena, diametralmente opostas, muitas vezes, à identidade ancilar.

Ao se identificarem pelas respostas mútuas, os sujeitos dizem consentir com as regras do jogo a que se submeteram a partir de um efeito de homogeneidade – apagam-se as diferenças econômico-sociais, de estatuto de acesso e também culturais. O escrever infringindo as regras instituídas pode configurar tanto a ocupação de um lugar de resistência quanto obliterar o não-conhecimento das regras de escrita.

Do pergaminho, passando pela imprensa tipográfica até a escrita virtual, pode-se falar não apenas em avanço tecnológico, que recompõe as regras de criação e de distribuição dos bens culturais, dentre eles a escrita, mas num novo espaço de produção desse bem, a cultura. Novo espaço porque nele estão implicados modos de subjetivação outros e uma ordem política que também tem suas regras próprias. Porque se trata de uma historicidade específica, num entre-tempo e entre-espaço que põe em confronto outras historicidades e as faz jogar, produzindo sentidos novos, rupturas, a partir de outros já tão conhecidos. Nesse espaço lacunar o sujeito é lançado ao jogo, do qual, ilusoriamente, ele imagina deter as rédeas, e aí cria estratégias de resistência à milenar cultura escrita.

Abstract

The digital writing: an subjectivation interval

The present study discusses questions connected to the gesture of writing in the cyberspace, denote, the way as the subjects constitute subjectivities in taking up the position of writers in instant means of communication. Considering the peculiarities of this writing, the slides that the one produces in relation to the conventional modalities, such as the clues which the one provides about the social-historic-cultural constitution of its users we take as theoretical aport the Analysis of the Speech with affiliation in Michel Pêcheux, putting it in dialogue with presupposed of cultural studies of Homi Bhabha and philosophic discussions of Michel De Certeau. Therefore, we use notions as interdiscursivity, memory, between-time and between-place.

Keywords: Between-place. Between-time. Digital writing. Subjectivation. Interdiscursivity.

Notas

- ¹ Depoimentos desse pensador foram coletados em reportagem veiculada pelo jornal *Zero Hora* (POA-RS) de 15/08/07, por ocasião de sua vinda, na condição de palestrante, à PUCRS.
- ² Dados extraídos de reportagem do jornal *Zero Hora* (POA-RS) de 16/08/07.
- ³ Internet: inclusão digital. Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/internet/2007/09/18/idgnoticia.2007-09-18.8658929024/>. Acesso em: 9 nov. 2007.
- ⁴ Não obstante o fato de haveremos optado, aqui, por ladear a “ocupação adolescente” do ciberespaço, entendemos ser relevante trazer para a discussão alguns equívocos que entendemos haver em discursivizações que circulam sobre os modos como essa faixa etária se relaciona com os meios digitais. Citamos como exemplo uma crônica de Martha Medeiros que circulou no jornal *Zero Hora*, intitulada “Salvem as vogais”, num gesto de intertextualidade com o *solgan* “Salvem as baleias”. Na crônica era discutida a postura de jovens que tramavam atitudes violentas pelos *chats* e as executavam. Traçava, então, um paralelo entre esse tipo de postura e a mudança de postura em relação à língua, dado esse novo modo de escrever nesses meios. A cronista propunha, então, o desaparecimento das vogais como *metáfora da miséria humana*. Paralelo equivocado, porque entendemos que lê a transgressão na língua como sintoma da transgressão física e social, não como possibilidade de instauração de diálogo com os jovens a partir do lugar de transgressão que ele, desde que é adolescente, ocupa.
- ⁵ A abordagem lacaniana e sua relação com os pressupostos teóricos da AD não será objeto de aprofundamento neste estudo.
- ⁶ O precursor dos *emoticons* é o *Smiley*, definido pelo jornal *Zero Hora* de 23/09/07 como “sorriso de orelha a orelha, fictício mas universal”. O jornal informa que esse símbolo nasceu há 25 anos na Universidade Carnegie Mellon, com autoria do professor pesquisador Carnegie Mello. E, acrescente-se, nesses 25 anos derivou uma série de outros símbolos assemelhados, todos representando sentimentos e reações humanas.
- ⁷ In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia>>artigo da Wikipédia “Língua hebraica”. Acesso em: 10 out. 2007.

Referências

- ABÉCASSIS, Eliette. *O enigma dos manuscritos do Mar Morto*. Lisboa: Contexto, 1997. Disponível em: <http://yaohushua.antares.com.br/onome02.htm>. Acesso em: 15 out. 2007.
- BHABHA, K. Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp e Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.
- ZERO HORA. Porto Alegre, RBS, 19 mar. 2003.
- _____. Porto Alegre, RBS, 23 set. 2007.
- _____. Porto Alegre, RBS, 15 ago. 2007.
- _____. Porto Alegre, 16 ago. 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antônio Carlos (Org.). *Hipertexto & gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. Papel da memória. In: PÊCHEUX, Michel et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.